

“MULHER SAI DESSA COZINHA, VEM OCUPAR TEU LUGAR”: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E UM NOVO JEITO DE SER MULHER NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DO AGRESTE CENTRAL DE PERNAMBUCO

“WOMEN GET OUT OF THIS KITCHEN, COME AND TAKE YOUR PLACE”: INTERFACES BETWEEN POPULAR EDUCATION AND A NEW WAY OF BEING A WOMAN IN THE BASIC ECCLESIAL COMMUNITIES OF PERNAMBUCO

“MUJER SALIR DE ESTA COCINA, VENGAN Y TOMEN SU LUGAR”: INTERFACES ENTRE LA EDUCACIÓN POPULAR Y UNA NUEVA FORMA DE SER MUJER EN LAS COMUNIDADES ECLESIALES DE BASE DE PERNAMBUCO

1

Julyana Nascimento de Andrade¹

Rosineide Maria Gonçalves²

José Almir do Nascimento³

Resumo: A Igreja Católica é uma instituição com pouca participação de mulheres nas decisões e no exercício de poder. Por isso, interessou-nos apresentar as formas, as condições e as instâncias formativas por meio das quais as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base construíram suas trajetórias de empoderamento, com vistas a potencializar a participação, a autonomia e as relações de igualdade entre homens e mulheres na Igreja e na Sociedade. Utilizando da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), constatamos que a participação comunitária tem desencadeado emancipação, permitindo a mulher entender a si mesma como agente ativa de (auto)libertação, ampliando a fissura do patriarcado.

Palavras-Chave: Mulher. Libertação. Comunidades Eclesiais de Base. Participação. Patriarcado.

¹ Licencianda em História pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Asces (INICIA). E-mail: julyananascimento21@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4657-9815>

² Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita). E-mail: rosineidegoncalves@asces.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3361-6488>

³ Doutor em Educação. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: josealmirdonascimento@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4657-9815>

Abstract: The Catholic Church is an institution with little participation of women in decisions and exercise of power. Therefore, we are interested in presenting the ways, conditions and formative instances through which women in the Basic Ecclesial Communities have built their trajectories of empowerment, with a view to enhancing participation, autonomy and equal relations between men and women in the Church and in society. Using the Content Analysis (Bardin, 2009), we find that community participation has triggered emancipation, allowing women to understand themselves as active agents of (self)liberation, widening the rift of patriarchy.

Keywords: Woman. Liberation. Basic Ecclesial Communities. Participation. Patriarchy.

Resumen: La Iglesia Católica es una institución con poca participación de las mujeres en las decisiones y el ejercicio del poder. Por lo tanto, nos interesa presentar las formas, condiciones e instancias formativas a través de las cuales las mujeres de las Comunidades Eclesiales de Base han construido sus trayectorias de empoderamiento, con el fin de mejorar la participación, la autonomía y las relaciones de igualdad entre hombres y mujeres en la Iglesia y en la sociedad. Utilizando el análisis de contenido (Bardin, 2009), encontramos que la participación comunitaria ha desencadenado la emancipación, permitiendo a las mujeres entenderse a sí mismas como agentes activos de (auto)liberación, ampliando la brecha del patriarcado.

Palabras-clave: Mujer. Liberación. Comunidades Eclesiales de Base. Participación. Patriarcado.

Submetido 23/04/2020

Aceito 27/07/2020

Publicado 03/02/2021

Introdução

Levantamento realizado pelo Instituto Datafolha (Balloussier, 2020) que apontou o perfil dos cristãos no Brasil, concluiu que as mulheres ainda são maioria nos átrios das Igrejas. Proporcionalmente, 58% dos frequentadores dos templos evangélicos e 51% dos católicos, são do gênero feminino. No último caso, os dados indicam uma participação percentual menor que a composição populacional total do país, que é de 48% de homens e 52% de mulheres.

Embora ocupe pequena maioria dentre os católicos, a forte presença das mulheres na organicidade pastoral desta Igreja é um fato incontestável, mesmo que elas não tomem o lugar central nas decisões da vida eclesial (Gebara, 2019), nem ocupe lugar de exercício do poder sacerdotal, fato de preocupação da cúria católica quando da realização do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica (2020, p. 25):

95. (...) É urgente que a Igreja na Amazônia promova e confira ministérios para homens e mulheres de maneira equitativa. (...). É a Igreja de homens e mulheres batizados que devemos consolidar, promovendo a ministerialidade e, sobretudo, a consciência da dignidade batismal.

3

No sentido oposto, o segmento evangélico avançou mais em relação ao lugar eclesiástico das mulheres, permitindo com que elas ocupem postos de sacerdócio, e atraiam outras mulheres para seus templos por meio da identificação e representatividade. Ainda que isso ocorra sem que haja uma ressignificação do modelo de poder assumido, nem da postura frente aos direitos referentes ao gênero e à sexualidade. Neste sentido, problematizando a sagração de bispos do sexo feminino na Igreja da Inglaterra, Jacqueline Small (2020) pontua:

Uma Igreja que dá mais poder às mulheres ganha pontos pela liberalidade, mas raramente aborda questões mais profundas do patriarcado, como a linguagem masculina para se referir a Deus, atitudes permissivas em relação à violência de gênero, e expectativas de que as mulheres devam evitar que os homens sejam lascivos. É também uma Igreja que não necessariamente valoriza vidas LGBT.

O extrato ajuda a compreender que como os discursos religiosos recaem na reprodução de uma cosmologia da *sacralização do macho*. Apropriada pela percepção de que se Deus nos parece masculino, a experiência com o divino será traduzida na linguagem patriarcal (Muraro

e Boff, 2002), o que acaba por tornar-se corresponsável pelas violências e os silenciamentos dentro das comunidades de fé. E esse ideário repercute a posição de poder que ocupa cada sujeito nas relações sociais, eclesiais e/ou domésticas. Caso emblemático é o *best-seller* Casamento Blindado, dos herdeiros da Igreja Universal do Reino de Deus, que propõe o papel da mulher como auxiliar do esposo.

Mas, dentre as igrejas cristãs, a Católica é a maior herdeira de uma tradição de desterro das mulheres das posições de mando. Desde a Patrística, a maior parte dos chamados “Pais da Igreja”, conceberam a mulher como o mal camuflado, dando fundamento aos princípios que associam o bom/macho *versus* mau/fêmea, tal como sintetizou Cunha (2005, p. 45):

Para alguns teólogos medievais a mulher não participava de forma original da imago dei. Ela seria imagem do homem, e não imagem de Deus: Graciano, no século XII, em seu famoso Decreto, principal fonte jurídica para o Direito Canônico até os dias de hoje, citando frases atribuídas a S. Agostinho e a Santo Ambrósio (Ambrosiaster) escreve que a imagem de Deus está no varão como criação única, origem dos demais humanos; ele recebeu de Deus o poder de governar como seu substituo porque é a imagem de um Deus único. Por esta razão, a mulher não foi feita à imagem de Deus. Elas ainda foram comparadas, negativamente, às crianças e aos débeis. Tertuliano taxava a mulher de porta do diabo. Para Clemente de Alexandria, todas as mulheres deveriam morrer de vergonha só de pensar que são mulheres. João Crisóstomo a depreciava de animal selvagem. A mulher, na visão de Gregório de Nisse, era incapaz para os estudos. São Jerônimo foi mais além quando defendia que, se uma mulher se manter virgem e servir a igreja, ela deixa de ser mulher, e será chamada homem. Para o Padre Vieira as mulheres deviam sair de casa em apenas três ocasiões: para o batismo, para o casamento e o próprio enterro.

A percepção da mulher como herdeira de Eva percorre a história cristã, chegando aos dias atuais. E a afirmação desta como sujeita participante do “Reino de Deus” em paridade de dignidade e valor frente ao homem ainda tem provocado acalorados debates no âmbito do catolicismo, especialmente despertadas pelas frentes de resistência ao patriarcado. Tal é o caso das Católicas pelo Direito de Decidir, pelos estudos feministas do Centro de Estudos Bíblicos ou por intelectuais e teólogas, como Ivone Gebara.

No catolicismo coabitam formas distintas de expressões orgânicas da mesma igreja (Libanio, 1999), o que permite averiguar maior ou menor grau de inflexão e de abertura aos desafios postos pelos cenários de ampliação da participação intraeclesial feminina. Sendo no

cenário das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que as mulheres postularam a contradição e assumem efetiva liderança.

Apesar desse avanço, as novas relações constituídas entre homens e mulheres nas CEBs, deram-se de maneira processual, estimuladas por meio da formação continuada. No caso do agreste de Pernambuco, o *lócus* de formação e construção de novas tecnologias sociais é a Fundação Santuário das Comunidades, referência na construção de saberes para/com as lideranças comunitárias, catalisando e disseminando experiências, compreensões e hermenêutica do povo sobre si, capazes de gerar novas leituras e compreensões do mundo.

Este artigo pretende apresentar as formas, as condições e as instâncias formativas por meio das quais as mulheres das CEBs do agreste construíram suas trajetórias de empoderamento nos espaços de decisão, como um recorte do projeto de Iniciação Científica, que investiga as reconfigurações das relações de gênero, ocorrida em decorrência da convivência com uma comunidade religiosa nos anos de 1982 a 1997 (Andrade, 2019).

Vistamos documentos produzidos pelo Santuário das Comunidades e levantamos literatura sobre o papel que a mulher vai assumindo no mundo, a partir da participação nas CEBs, como espelho para a analisar a experiência local. Estruturamos o texto de modo a partir dos princípios filosófico-políticos-pedagógicos delineados pelas CEBs de Pernambuco na gestão e organização de conteúdos para a *práxis social*, percorrendo pelas condições e instâncias de tais formações. Para enfim, descrevermos os resultados do processo de empoderamento das mulheres para (auto)Libertação, como decorrência da intervenção pedagógica.

Princípios filosófico-políticos-pedagógicos delineados pelas Comunidades Eclesiais de Base do agreste de Pernambuco na gestão e organização de conteúdos para a *práxis social*

Boff (2008) apresenta a natureza das CEBs como a própria Igreja, que tem como lastro a vida do povo. Isto é, compõe-se das pessoas dos estratos da base piramidal da sociedade: dentre outros grupos, a marginalidade composta pelos pobres e pelas mulheres. Mas a diferencia de outras comunidades, pois se perfaz no corpo eclesial, isto é, participa intrinsecamente da organicidade da Igreja. Portanto,

as Comunidades Eclesiais de Base são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade (Oliveira, 2019).

De tal maneira, é por meio dessas Comunidades que a Igreja assimila as características do povo, que nela pode expressar a sua fé. Ao passo que ela mesma, respeita e valoriza as características de cada cultura localizada, promove valores democráticos e participativos, retroalimentando os seus desejos de libertação de todas as formas de opressão. Por isso, as CEBs se propõem a ser um *novo jeito de ser Igreja*, e uma de suas características mais marcantes é a importância da relação entre a Fé e a Vida, num processo de aproximação entre o intangível (transcendente) e o tangível (imanente) por meio de uma releitura da bíblia em que o cotidiano dos excluídos e empobrecidos toma papel principal da exegese bíblica, tendo como horizonte a *práxis* no mundo.

A economia eclesial nas CEBs tende à uma mudança do posicionamento tradicional da Igreja, com o re-posicionamento dos lugares da autoridade e da Hierarquia, doravante compreendidas como serviço. Promove e valorizava a participação popular e aplica decisões e normas horizontalizadas, tendo sido muito incentivada pela própria Igreja no Brasil, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Quando da feitura do Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970 (PPC), os bispos brasileiros optaram por organizar as paróquias a partir de “comunidades de base” com fins a tornar a Igreja mais viva, corresponsável e integrada com os problemas das classes populares. Neste documento, as CEBs foram consideradas atividade urgente para renovar as paróquias. Mas, embora tenha causado grande repercussão, especialmente na constituição dos documentos oficiais da Igreja na América Latina (Medellín, 1968; Puebla, 1979; e Aparecida, 2007) o modelo eclesiológico das CEBs encontrou dificuldades de se difundir nas paróquias, que acabou por gerar enfrentamentos, lutas e resistências às estruturas eclesiais tradicionais.

Neste contexto, tiveram implicações plurais, logrando mais sucesso onde o clero exerceu menos autoridade e/ou era ausente, e nas comunidades de forte incidência das Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular (PCI), com menos vinculação à autoridade do bispo local. Por conseguinte, o estímulo para que as pessoas fossem assumindo posição de liderança

religiosa nas paróquias, que aderiram ao modelo de CEBs, levaram-nas a assumir também um lugar de destaque no sistema de poder local, especialmente pelo vácuo das lideranças de esquerdas, que eram criminalizadas pela ditadura em voga no país.

Inspirados por uma leitura libertadora da Bíblia que fala do Reino de Deus já na história, os membros das CEBs procuraram realizá-lo atuando em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos e partidos políticos, assumindo normalmente posições que podem ser caracterizadas como de esquerda pela valorização do igualitarismo, da democracia direta e da utopia socialista (Oliveira, 2019).

Trazem o sentido político da libertação das opressões políticas e socialmente construídas, de autoafirmação no mundo e da luta pela garantia dos direitos fundamentais e para a dignidade da pessoa humana. Em face da articulação “Fé e Vida” foi possível uma mudança de paradigma na organização da própria vida orgânica da Igreja, de um lado. Por assim dizer, nas CEBs não há uma defesa de interesses do catolicismo institucional, muitas vezes tomando posições divergentes do bispo ou padre. Por outro, serviu de acomodação embrionária de resistência à ditadura que tentava sufocar os movimentos sociais e as livres manifestações políticas, encontrando na educação de base popular fértil terreno para seu florescimento.

Isso foi evidenciado sobretudo a partir de 1979, com a abertura e a anistia políticas no Brasil, que possibilitaram a saída dos movimentos sociais e das organizações partidárias do seio das Comunidades Eclesiais de Base passando a assumir suas identidades, como é o caso do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Central de Movimentos Populares.

Em grande medida, isso também deu-se porque enquanto o Brasil se reconfigurava politicamente, as CEBs começavam a sofrer significativos reveses marcados pelo início do pontificado de João Paulo II, quando um *movimento restaurador da centralidade clerical* foi anunciado, no seu discurso inaugural, como prioridade de seu papado. Era preciso “restaurar a grande disciplina”, realizando-se por meio do controle da Cúria Romana sobre as dioceses.

Como consequência, houve intervenções nas casas de formação para o clero, substituição gradual dos bispos alinhados aos ideais das Comunidades de Base, e a condenação do seu sustentáculo teórico, a Teologia da Libertação. Foram anos de medo, e até terror, no

interior da Igreja, pelo desencadeamento das sucessivas condenações de teólogos latino americanos⁴ pela Congregação para a Doutrina da Fé, herdeira da Sacra Congregação da Inquisição Universal e da Congregação do Santo Ofício, sob a batuta do cardeal Ratzinger, que viria mais tarde ocupar o cargo de Bispo de Roma sob pseudônimo de Bento XVI. Como consequência, o novo episcopado preferiu uma Igreja distante dos movimentos populares e voltada unicamente para as atividades sacramentais de culto e da catequese para obediência.

Isso não significou o fim das Comunidades Eclesiais de Base, muito menos os meandros ideológicos intraeclesiais foram os fatores únicos enfrentados por elas. As mudanças demográficas, o perfil do trabalhador e dos movimentos sociais, as crises das esquerdas e do socialismo, são exemplos de desafios encarados pelos comunitários. Mas, como apontava Libanio (1999, p. 127) há uma década, porém ainda válido,

apesar de todos os contratempos, as CEBs continuam vivas, crescendo e organizando seus encontros intereclesiais. Esse vigor respaldará o cenário. Seu crescimento menos espetacular, mas ainda consistente, permitirá que a Igreja se estruture numa linha libertadora.

8

Essa é a expectativa que se alimenta e se alinha ao pontificado do Papa Francisco, que tem dado sinais de reconciliação depois da “noite de tempestuosa” ou “invernal”⁵, mas também redesenhada pela CNBB, que em 2014, por meio das orientações presentes no Documento Normativo n. 100, orientou às Igreja Locais do Brasil (dioceses) e suas paróquias para um modelo de organização estrutural fundada na ideia de “Comunidade de Comunidades”, retomando os princípios centrais do PPC e reconhecendo o protagonismo dos cristãos católicos não ordenados.

Perseguindo o caminho de autonomia e participação ativa na Igreja e na sociedade, a configuração local das CEBs perpassa pelo amadurecimento dessas comunidades à luz da mobilização dos sujeitos para a formação continuada e o distanciamento informal do clero

⁴ Por volta de 150 estudiosos foram interrogados pelas instâncias doutrinárias do Vaticano. Na maioria dos casos foram punidos, depostos de suas cátedras em universidades, demitidos de cargos, proibidos de publicar livros sobre teologia, proferir palestras, entre outras punições.

⁵ Termo cunhado pelo teólogo católico Karl Rahner, em referência ao período do pontificado do papa João Paulo II, caracterizado pelas punições, medo e até terror no interior da Igreja, dirigidos à bispos, freiras, padres e leigos ligados à Teologia da Libertação ou aos princípios do Concílio Vaticano II.

diocesano, conciliando a prática propositiva de Fé e Vida, especialmente no que diz respeito a afirmação das mulheres como primícias da libertação.

Do ponto de vista da historicidade, não se sabe ao certo quando foi a data de fundação das Comunidades do agreste pernambucano. Elas vão se organizando a partir da “ação do Espírito Santo” (Guerra *et al.*, 1992), como confiam seus membros, mas foram orientadas, desde sua gênese, por freiras que saíram dos conventos para atuarem, especialmente, nas periferias das cidades e nas áreas rurais, além de alguns poucos padres. Mas, com base em relatos orais, estima-se o final dos anos 1960 como data provável de nascedouro dessas CEBs, registrada da forma a seguir:

E onde e quando começou a história das Comunidades do Agreste? É difícil saber com precisão. É como a mulher que fica grávida e não sabe com certeza o momento em que a nova vida começou dentro dela. Mas sente que tem uma coisa nova, viva e bonita. É uma filha ou filho que foi gerado. É uma nova história que começa a ser vivida com alegria e prazer (Guerra *et al.*, 1992, p. 11).

9

Nascimento (2006) anota que sob os ventos Conciliares do Vaticano II, a Igreja de Caruaru viveu o apogeu das Comunidades de Base, facilitado por duas razões: a razão de pessoas e a razão eclesial, concomitante ao que também anota Comblin (2002, p. 89) em referência à América Latina:

A razão social foi o despertar do próprio povo latino-americano, mantido em silêncio durante 400 anos (...) e [pela razão eclesial] apareceu uma nova geração de sacerdotes e religiosos, e do meio deles, uma geração de bispos proféticos. Eram poucos, mas dotados de força espiritual incomum.

O bispo de Caruaru, Dom Augusto Carvalho, foi um dos padres conciliares que buscou uma rápida implementação das expectativas do Vaticano II, manifestada na derrubada e reconstrução da sede da diocese, utilizando-se de uma arquitetura que correspondesse a nova perspectiva teológica, com arquitetura circular. Outro ator importante para a nova configuração foi o padre Pedro Aguiar, que assumiu a coordenação das pastorais e a formação do clero.

A atuação pastoral de Pedro Aguiar tem um teor político muito forte, pois promovem através de estudos sobre a Teologia da Libertação, momentos de

reflexão social e práticas de resistências, estabelecendo um conflito entre a Igreja e o poder político locais. (...) É pela crença na libertação do pobre, do oprimido, que Pedro Aguiar dedica a sua atuação pastoral (Guedes Neto, 2010, p. 13).

A resistência às elites opressoras locais era escancarada pela liturgia implantada, pelo hinário das celebrações e, sobretudo, pelas novas formas de organização política. A vida sacramental, justificadora das benesses celestiais, foi cedendo lugar à sacramentalidade imanente: a seca, a fome, a carestia, a concentração de terras, a força e a teimosia dos pobres, eram erigidos como temas da reflexão das homilias, buscando inspiração nas lutas e nas organizações de Palmares, Caldeirões e Canudos.

Nas celebrações eucarísticas e nos encontros comunitários a questão central era pensar/agir para encontrar meios alternativos de sobrevivência, ressaltando os elementos constitutivos da solidariedade entre os excluídos, bem como da injustiça social, por meio dos hinos da liturgia eucarística. Tal como, compôs Zé Vicente (1989):

As forças da morte, a injustiça e a ganância de ter, de ter.
Agindo naqueles que impedem ao pobre viver, viver
Sem terra, trabalho e comida a vida não há, não há
Quem deixa assim e não age, a festa não vai celebrar

Neste sentido, as canções buscam coerência com a caminhada que se pretende seguir, além de uma forma singular de apropriação e disseminação de um capital simbólico-religioso para classes populares, amplificada pela memória dos companheiros que aderiram às lutas, e tombaram. E é neste contexto que as lutas das mulheres são evocadas como hino, questionando o papel feminino na história, bem como a opressão patriarcal:

Olê Mariê, Olê Mariá (bis)
Mulher sai dessa cozinha
Venha ocupar o seu lugar (bis)

Mulher frágil era um ditado pra menos te tornar
Mas quem viu a Revolução sem a mulher funcionar?

Mulher, olha a tua mente sufocada pra pensar
Vem e solta o pensamento com teu jeito de criar.
(autor desconhecido)

Portanto, as CEBs incentiva o entendimento sobre si mesmas enquanto sujeitas de libertação, à medida que “descobrimos que somos gente pra valer, com nossos próprios costumes e valores, o nosso jeito de viver, de trabalhar, de rezar, de nos organizar” (Guerra *et al.*, 1992, p. 13).

A primeira experiência orgânico-paroquial de CEBs na diocese de Caruaru ocorreu em Tacaimbó, a partir de 1969, alinhado ao que propunha o PPC da CNBB, mas, outras experiências passaram a ser protagonizadas pelas PCI de religiosas. Frente à disseminação desse novo arcabouço organizativo católico, demandou-se uma articulação entre estes embriões comunitários, que tinham como pilares “construir uma sociedade nova” (Guerra *et al.*, 1992, p. 8). E essa articulação deu origem a um grupo com representantes das dioceses de Caruaru, Pesqueira e Garanhuns, com a finalidade de “estudar e refletir sobre a prática política e celebrar o processo de organização e expansão dessas comunidades” (Nascimento, 2006, p. 6).

Esta iniciativa vai dar visibilidade a atuação das CEBs e proporcionar maior integração, permitindo trocas de experimentos e tecnologias de saberes por meio do diálogo, produção de metodologias e do amadurecimento das temáticas, sempre pautada na condição do povo pobre. A articulação desencadeou na organização de um grupo de estudos, que levou o nome de Cursinho de Comunidades, marcado pela profundidade das análises de conjuntura, assessoradas pela intelectualidade católica, fundadas no método analítico ver-julgar-agir⁶.

Esse “Cursinho” aproximou as CEBs de Tacaimbó (animadas por Pedro Aguiar), Camocim de São Felix e Santa Cruz do Capibaribe (animadas pelas Irmãs Cordimarianas). Mas, a articulação local se ampliava nacionalmente por meio da participação dos Encontros Intereclesiais das Comunidades Eclesiais de Base, experimentado pela primeira vez em 1975, como anota o próprio padre Pedro Aguiar em citação de Guedes Neto (2017, p. 11):

Temos que encontrar o fio da História para se ter uma visão mais contextualizada, pois Tacaimbó foi apenas um pequeno núcleo. O sopro do Espírito foi mais abrangente. Teve suas características de Igreja do Nordeste, cresceu com os encontros Intereclesiais em nível de Brasil e de América Latina.

⁶Este método busca apreender a realidade (diagnostica a realidade local e global), julgá-la (com premissas sócio filosóficas-teológicas-pastorais-éticas em diálogo com as ciências humanas) para encaminhar à *práxis*, como resposta aos problemas reais do povo.

Por sua vez, as Comunidades de Base do agreste vão promover seu próprio Intereclesial por meio da celebração do “Natal das Comunidades”, vivenciados 39 vezes desde 1981, e que é precedido por encontros subsidiados pelos princípios da “Espiritualidade Libertadora”⁷, que também prepara intelectualmente os participantes para a *práxis* nas comunidades.

Estes encontros de preparação correspondem às “novenas de natal” e são muito importantes para formação dessas comunidades. Primeiro, porque faz um movimento de centralizar a celebração na própria comunidade, tornando as figuras do padre ou do líder comunitário como componente da cosmovisão não hierárquica. Igualmente, porque promove uma mediação dialógica da “entrada na terra prometida”, ou seja, no “Reino de Deus”, reconhecida pelos exemplos de “textos de vida”, que apontam os resultados palpáveis do projeto de deus na história dos próprios comunitários. De tal modo, Guerra *et al.* (1992, p. 13) anotam que “um jeito muito bom de comunicar a Deus e aos irmãos toda a vida que existe dentro de nós, é através da celebração comunitária, como fazia o Povo de Deus no Antigo Testamento”.

Segundamente, as CEBs ocupam lugar na superação do Cristo glorioso, mas também não comunga com o Cristo triste e sisudo dos altares. A transcendência se irmana na trajetória de vida desse povo, que vive e celebra essa parceria do deus presente. De tal forma,

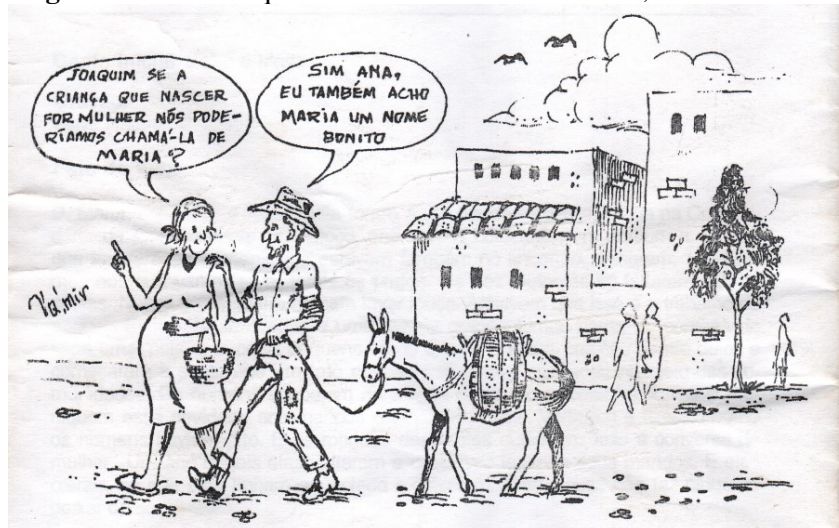
a celebração e a festa fazem parte da vida de nossas comunidades e nos são mais força e alegria na caminhada. Através do canto, da dança, das orações, das fogueiras, dos símbolos de nossa fé e de nossa cultura, expressamos nossos sentimentos; falamos a Deus e aos irmãos da alegria, da gratidão, do arrependimento, da amizade, da vida nova, da saúde, da luta e das pequenas vitórias (Guerra *et al.*, 1992, p. 15).

Imiscuídos, os elementos do cotidiano comunitário vão elevando a consciência sobre si mesmo no mundo permitindo-lhes a (auto)libertação. Então, o cotidiano que gerara as primeiras abordagens, como a seca, a fome e a carestia, vão ressignificando a própria imagem de deus e

⁷Refere-se a uma espiritualidade que liberta de tudo o que oprime e desumaniza, que não distingue propostas míticas do compromisso social. Portanto, uma espiritualidade libertadora celebra e exalta a vida, valoriza as pessoas e reconhece o seu grande valor como ser humano, tendo como característica principal a opção preferencial pelos pobres. Desse modo, a conversão a Deus tem que passar pela conversão ao oprimido. A fé e realidade (de opressão) se encontram, e como resultado desse encontro, nasce a mística da libertação, que significa experimentar Deus no pobre.

da imagem do sagrado presentificadas, sobretudo, na iconografia comunitária (Figura 1), presentes nas cartilhas e nas celebrações.

Figura 1. Ana e Joaquim escolhem o nome de Maria, a Mãe de Jesus.



Fonte: Cartinha Celebração do Mês de Maio, s/d

13

Essa aproximação simbólica da imagem da mãe de deus como uma mulher do povo não tem centralidade apenas numa releitura do fato ou numa atualização da simbologia cristã, mas, desdobra-se na identificação de costumes e mobiliza os sentidos para compreensão de um modelo de mulher livre, como veremos.

As condições e as instâncias formativas por meio das quais as mulheres participantes constroem trajetórias de empoderamento para intervenção na sociedade

Paulo Freire (1989) nos indica que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra. E, ao se fazer a leitura de mundo, não se trata de um campo neutro, alheio ao projeto de vida das mulheres que ocupam lugar nas CEBs, mas um fértil campo de utopias e de lutas. Mas, não podemos descreditar, entretanto, que ao longo prazo, as amarras dos poderes patriarcais já vinham sendo contestadas publicamente, pelo menos desde Marie Gouze, no contexto da Revolução Francesa. Nesta perspectiva, Therborn (2006, p. 430) observa que “a história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo”, mas ainda não é um fenômeno extinto.

O patriarcado, como sistema estruturador de relações sociais, está presente na sociedade de forma multifacetada e se expressa de diferentes maneiras em contextos distintos. Esse sistema modela as relações de gênero que se dá tanto entre homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres (Almeida, 2010, p. 13).

Por assim dizer, o patriarcado estrutura as relações de domínio, sustentadas pela desigual condição de poder, naquilo que Bourdieu (2002) chamou de poder simbólico, ou seja, as relações que contribuem sobremaneira para a conservação do *status quo*, atuando sutilmente por meio do controle ideológico.

Como ocorre nas várias mudanças estruturais, os benefícios das revoluções feministas alcançam por último, e de forma desigual, as populações mais pobres. Também nas CEBs a pauta da opção preferencial pelos pobres sobrepôs às questões de gênero por muito tempo, tanto na Teologia e quanto nas Comunidades de Base, como afirma Ivone Gebara (2019):

Eu pertencia à Teologia da Libertação. Sempre trabalhei na perspectiva da libertação dos pobres, dos movimentos sociais e políticos. O foco era mudar o mundo a partir dos pobres. Eu sabia que existia o feminismo (...) porém, na Teologia da Libertação, sempre existia uma desconfiança em relação ao feminismo.

Progressivamente, e com fundamento no discurso socio-teológico de Libertação que a questão da mulher vai aparecer com destaque dentre os sujeitos e situações que careciam ser libertados das opressões patriarcais, arraigadas na cultural eclesio-clerical. Neste caminho, as CEBs vão se tornando importante vetor de luta contra os lastros do patriarcado e do machismo, já que nestas comunidades as mulheres marginalizadas por sua condição social, cultural e racial vão reconstituindo a sua própria identidade e se percebendo mulher.

No agreste pernambucano, conforme Guerra *et al.* (1992, p. 14), as CEBs lutaram desde sua nascença “pelos direitos da mulher, porque ela ainda é muito oprimida e submissa. (...) Ela tem os mesmos direitos que o homem à participação no mundo, à formação, à tomada de decisão, ao lazer, etc. Não é pra ficar presa à casa”. Neste horizonte, a *práxis* pedagógica das CEBs ganha seu significado, e a participação da mulher nos espaços decisórios traz em si o sentido político da ideia própria do gênero.

Ribeiro (2003, p. 227) também aponta que as CEBs “constituem, no interior da Igreja, um espaço privilegiado para questionar as relações de dominação”. E, ao perseguir a Libertação de todas as formas de opressão, a *práxis* comunitária também se constitui num discurso e numa disputa pela igualdade dos gêneros, podendo e devendo ser considerada um dos seus princípios libertários. Além disso, a participação das mulheres nas comunidades imprimiu um estilo próprio, o que possibilitou a afirmação e realce de sua identidade.

Afirmamos, portanto, que as CEBs favorecem a participação igualitária entre gêneros, permitindo florescer outras formas de liderança, e de representatividade na comunidade. Entretanto, “lidar com estas diferenças de forma democrática, reconhecendo direitos iguais e afirmando a unidade na diversidade é o grande desafio que não só as mulheres, mas também os homens precisam enfrentar” (Ribeiro, 1997, p. 863).

Assim, pelo fato de as comunidades estarem inseridas em uma instituição eclesial mais ampla, a vigilância contra retrocessos ou reprodução das formas de dominação masculina tem pautado os ciclos de formação ocorridos pelas CEBs de Pernambuco, antes mesmo da fundação do Santuário das Comunidade, desde a década de 1980. Portanto, torna-se imperativo lembrar que:

o patriarcado, não pode ser entendido apenas como dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estrutura estratificada por gênero, raça, classe, religião e outras formas de dominação de uma parte sobre a outra (Muraro e Boff, 2002, p. 55).

Para enfrentar ou, pelo menos, minimizar os efeitos desse modelo patriarcal, a compreensão do(s) feminino(s) como categoria na luta pela libertação é despontado com destaque como um projeto político nas CEBs do agreste, que se comprometem com a mudança paradigmática das relações, sem que haja maior ou menor poder. Nesse modelo, os estudos de gênero não pretenderam só instaurar investigação ou atuar sobre as mulheres, mas introduzir todos os comunitários na construção de nova compreensão sobre todos.

Na programação de conteúdos, os primeiros estudos sobre a mulher tiveram parceria do Centro Nordeste de Medina Popular (CNMP), e a formação estava focada nos saberes populares e culturais sobre remédios caseiros e na saúde sexual e reprodutiva. Mas, por meio

dessas temáticas, as questões de corpo, identidades de gêneros, sexualidade, corporeidade, prazer e a afirmação do “novo” papel da mulher nas relações domésticas apropriaram o cursista de um novo sentido sobre si e/ou sobre suas companheiras. A ampliação desse momento inicial de formação se desdobra nas celebrações comunitárias, que servem de vetor da disseminação dessas “novas descobertas”.

Na prática, as novenas do mês mariano e as do ciclo natalino trazem situações contextuais que reforçavam o entendimento da mulher como o lugar da ação de deus na história humana, pondo-a no lugar de protagonista da Igreja, da comunidade e de sua própria trajetória, e levam a comunidade à conversar sobre os problemas, a partir da ótica da mulher. Essa metodologia é muito importante para o desnudamento do patriarcado que se escamoteia no discurso sociorreligioso e se impõe nos contextos comunitários, como é possível descrever a partir do relato de Gebara (2019):

Estudávamos a Bíblia numa perspectiva social, para fundamentar as greves, as reivindicações trabalhistas. Eu sempre fazia a leitura da Bíblia que confirmava os direitos dos trabalhadores. A esposa do dono da casa nunca participava das conversas, ficava na cozinha ou nos trazia café. Até que um dia fui visitar apenas ela e lhe perguntei por que não participava das nossas conversas. Ela me disse que precisava cuidar de suas crianças, que tinha que fazer o café. Discutimos. Até que, quase irritada, disse-me: “Quer saber o motivo pelo qual não vou? Porque você fala como um homem”. Eu tentei defender-me. Ela me perguntou: “Você conhece os problemas econômicos que nós, mulheres de operários, temos?” Não. “Você sabia que a sexta-feira é o pior dia para nós, porque o salário do trabalhador sai no sábado e na sexta quase não há comida?” Não, eu dizia. “Você sabe o tipo de trabalho que fazemos para aproveitar o salário do esposo?” Não. “Você sabe as dificuldades sexuais que temos com nossos esposos?” Não. “Entende porque não quero participar de suas conversas, porque não fala a partir de nós”.

Assim, a cartilha de celebração do Mês de Maio, por exemplo, esboça uma imagem de uma Maria livre e libertadora, que participa da vida familiar, e se interessa e interage com os problemas da comunidade. Proativa, a mãe de Jesus se intercomunica com a conjuntura social e política, criticando-a e buscando soluções plausíveis para a inversão das situações de opressão das mulheres. Para isso, a leitura do texto bíblico do Magnificat, dá sustentação ao ideário dessa mulher que profetiza a “queda dos poderosos e elevação dos humilhados”.

Imagem 2: Maria reunida com as mulheres



Fonte: Cartinha Maria na organização do povo, s/d

Por gerar imediata identificação com o povo que se reúne para celebrar a novena mariana, vai desmitificando sutilmente a dicotomia Maria (boa) *versus* Eva (má) (Gebara, 1994). Como consequência, permite a normalização da integração dessas sujeitas à vida comunitária, suas lideranças e tomadas de decisão, assim como se ampliam as possibilidades de construção de novas relações entre homens e mulheres.

Outro processo desencadeado, com foco mais conceitual, é dado por meio dos ciclos de formação ofertados pela Fundação Santuário das Comunidades, que dentre o cardápio de cursos, tematiza as relações gênero e desconstrução do patriarcado. Nesta tarefa, também propõe estudo sobre “a Mulher na Igreja”, “a Mulher na Bíblia”, além de imprimir o conteúdo como matéria transversal aos outros cursos temáticos.

Portanto, o amadurecimento das discussões vai sendo construído gradualmente e não exatamente vinculado à afirmação de um movimento feminista. Afinal, “muitas vezes as lutas feministas não aparecem ligadas à tradição primeira do feminismo” (Gebara, 2019). São as lutas próprias da sobrevivência da mulher e as questões que lhes afetam no cotidiano, como as relações de poder na vida comunitária, por exemplo, que permitem as mulheres chegarem a uma consciência de si e incorporar a noção dos “direitos da mulher” (Nunes, 1994, p. 38).

Considerações acerca das condições e das instâncias formativas por meio das quais as mulheres são temas das formações na Fundação Santuário das Comunidades

Estamos abordando as Comunidades de Base como lugar de libertação das opressões, dentre as quais o patriarcado, através de um breve levantamento de autores que se debruçaram sobre o tema e nos auxiliam a analisar as formas, as condições e as instâncias formativas por meio das quais as comunitárias do agreste pernambucano construíram suas trajetórias de empoderamento nos espaços de decisão.

A partir da persecução de nosso objetivo, desvendamos que a participação nas CEBs tem desencadeado emancipação feminina, conforme observa Ribeiro (2003), Nunes (1994), Nascimento (2014), Andrade (2019) e isso ocorre de vários modos. O cancioneiro utilizado em animações litúrgicas, as ações de incidência política e as celebrações dos novenários marianos e natalinos ocupam importantes lugares na formação de uma nova consciência.

Então, a realização de um levantamento da literatura e de um levantamento documental para atender as demandas de projeto de Iniciação Científica (Andrade, 2019), resultou na feitura deste artigo, em que focalizamos os textos presentes na cartilha de Novena de Natal de 2011, cujo tema abordou a promoção de vida e libertação pelas mulheres, de ontem e de hoje. Com fins à analisar os dados coletados, recorreremos ao aporte metodológico da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), buscando não apenas descrever objetiva e sistematicamente o conteúdo manifesto nos documentos estudados, mas também as características qualitativas das suas concepções a respeito da temática apresentada. Assim, levantamos como categorias subscritas nos textos, a) a questão da (auto)Libertação e, b) a questão da Mulher, no centro do debate para a formação de gênero nas CEBs de Pernambuco.

As cartilhas de Natal, anualmente, giram em torno de um tema central e são elaboradas pelos próprios comunitários, como texto-base de preparação para o novenário de Natal. Estruturalmente, traz relatos biográficos ou a narrativa de algum fato/acometimento político, social, econômico ou cultural de referência local, relatos bíblicos e um conjunto de perguntas para fomentar o debate. As perguntas têm intencionalidades delimitadas pelas análises que se pretendam fazer, não sendo elas, mera reprodução de valores religiosos, mas ampliação dos conteúdos em estudo no âmbito da Fundação Santuário das Comunidades.

A reflexão lança um olhar para deus presentificando-o no bojo dos debates sobre a existência humana, a vida, o trabalho, a (in)justiça, o amor, a solidariedade ou outros desafios do cotidiano comunitário, como a questão da liderança feminina na transformação das realidades. A novena do 31º Natal das Comunidades (2011, p. I) tinha como intensão “contribuir e apressar o dia da paz, somente realizável por meio da paridade entre homens e mulheres”. Faz com que, desse modo, as mulheres estejam contempladas no projeto salvacionista do deus que se faz humano e comunga com a história de exclusão e opressão de parte da humanidade.

Jesus não fez conta de sua grandeza, mas desceu da casa grande, o céu, em busca da última criatura na senzala. Esse gesto de humilhação começou naquela noite, em que Deus entrou na História humana, na forma de uma criancinha. *Uma das criaturas contempladas por este gesto é a Mulher*, sempre inferiorizada pelos sistemas e ideologias (Fundação Santuário das Comunidades, 2011, p. I).

O resultado deste novenário é a ampliação da discussão de gênero e a contribuição para a constituição para melhores relações nas comunidades, bem como a superação do capitalismo e das estruturas eclesiais patriarcais. Aponta como crítica à misoginia estruturada da sociedade, a partir dos ataques realizados contra à primeira presidenta eleita no país:

Ano passado, elegemos a primeira presidenta da história do nosso país. Uma mulher que optou desde cedo, aos 17 anos, assumir sua vocação política, para transformar a realidade do país. Que tem perseguido os casos de corrupção e feito uma opção pelos pobres, favorecendo o seu desenvolvimento. Ela teve de enfrentar uma campanha duríssima: foi acusada de defender o aborto, de ser lésbica, de ser ateaia... até de assassinato foi acusada! (Fundação Santuário das Comunidades, 2011, p. 11).

Nota-se que não há um deslocamento entre o tema em estudo e o cenário político-social (e eleitoral) do povo, bem como não há ingenuidade na escolha dos temas, e essa interligação é o que compõe a metodologia exegética de Fé e Vida. A escolha dos temas para os Natais das Comunidades é precedida de estudo e debate, realizados com animadores de comunidades, que representam as CEBs das três dioceses do agreste.

Em reunião formada por pessoas das dioceses de Caruaru, Garanhuns e Pesqueira, refletimos sobre a crescente atuação da mulher na sociedade de

hoje. É um sinal dos tempos. É, certamente, também um avanço no projeto que Deus tem para nosso planeta: *igualdade de condições, de direito, de poder entre homens e mulheres* (Fundação Santuário das Comunidades, 2011, p. I).

À discussão de gênero é dada uma sacralidade, mas é por isso que vai se permitir uma justificação da temática para a celebração natalina, assentando-lhe como que a “própria vontade de deus” interpretada pela comunidade. Isto é, as temáticas e sua interpretação passam por um período de preparação comunitária, horizontalizada e (re)interpretada à luz de suas experiências de fé. Desse jeito, quando o texto não é construído verticalmente, ou de forma isolada, mas dar-se como o final de um processo de reflexão e de celebração, alimentado pela experiência de uma *espiritualidade libertadora*, há uma fuga do modelo hierárquico-patriarcal da Igreja Católica (Nascimento, 2006).

As personagens e os fatos narrados na cartilha, como forma de ilustrar e ampliar o entendimento sobre o tema, são de pessoas das CEBs locais. Assim, persiste marcante a relação entre a vida na comunidade e o compromisso social, tanto em nível pessoal, quanto coletivo. Trata-se de um convite ao engajamento concreto. De modo que podemos notar (quadro 1) a estreita relação entre os temas para reflexão e sua relação com questões estruturantes.

20

Quadro 1: Tábua de temas e problemas da Cartilha do Novenário do 31º Natal das Comunidades

Temas do Encontro	Questões para o debate
Mulheres gerando vida da comunidade	Quais os obstáculos que as mulheres enfrentam para gerar vida na comunidade?
Mulheres gerando vida na luta pela terra	Por que há concentração de terra nas mãos de poucos?
Mulheres gerando vida na saúde	Por que as parteiras desobedeceram ao Faraó?
Mulheres gerando vida em defesa do Meio Ambiente	Qual comparação se faz da leitura da Vida com a leitura da Bíblia?
Mulheres gerando vida na luta pela justiça	Qual foi o motivo da festa promovida por Miriam?
Mulheres gerando vida na política	Quais são os riscos que uma presidenta corre se apoiar os pobres da nação?
Mulheres gerando vida na educação	Como a Educação pode ajudar a criar uma sociedade mais justa?
Mulheres gerando vida nas organizações populares	Quais mulheres da nossa comunidade tem atuação parecida as das histórias?

Mulheres de ontem e de hoje gerando vida e libertação

Que atitudes foram tomadas para proteger seus filhos?

Fonte: Fundação Santuário das Comunidades, 2011.

Os temas do dia são ilustrados por relatos de vida em diálogo com textos bíblicos, que permitem uma atualização da “voz de deus” por meio da intertextualidade. A cartilha de 2011, trouxe nove relatos de vida de mulheres que ocuparam lugar de protagonistas, com a intenção de que sirvam de inspiração aos comunitários. Por sua vez, o conjunto de perguntas vai se constituindo num espaço de participação discursiva, onde se podem desenvolver a reflexão e a crítica, esperando-se, com isso, impactar a compreensão de mundo e atuar sobre ele por meio da constituição de lutas para a efetivação de direitos e melhores condições de vida.

Além disso, os textos ritualísticos das orações apontam os caminhos, ou chaves, de leitura que pretendem balizar a discussão naquele momento:

Hoje, vamos rezar a história das mulheres que souberam fazer da sua liderança política caminhos para a libertação do seu povo. Vamos lembrar as mulheres que assumiram o compromisso de mudar a vida das pessoas pobres, caminhando pela política? A cada invocação, respondamos: seu exemplo nos anima a caminhar! (Fundação Santuário das Comunidades, 2011, p. 11).

A estratégia de presentificar as mulheres que fizeram/fazem a história das comunidades cumpre duas funções: a primeira, passa pelo reconhecimento do território comunitário; a segunda, pela identificação e valorização da própria história da comunidade. Assim, o horizonte de transformação principia naquele espaço, marcado pela exigência de superação das opressões. Além disso, outro elemento muito presente na liturgia celebrativa é a aproximação do texto bíblico com a própria experiência do cotidiano.

As mulheres geram vida, não somente na hora do parto, mas na convivência comunitária e na luta do dia a dia. Em nosso meio, nas nossas Comunidades, são muitas as mulheres que seguem os passos de dona Maria Viúva lá de Tacaimbó, ou da prima Isabel como vimos no Evangelho de Lucas (Fundação Santuário das Comunidades, 2011, p. 2).

Para Gebara (1994 p. 14), a releitura da Bíblia como a história de um povo e, principalmente, como um livro que fala de Jesus e Maria como “figuras iniciadoras de um novo

modo de relacionamento entre as pessoas” permite ir conquistando o espaço durante tantos séculos subtraído dos pobres, mas sobretudo das mulheres. Para a autora, existe um antes e um depois da expressão teológica para os pobres.

A imagem de um Deus comprometido com a libertação dos pobres, de uma Maria mais próxima dos problemas das mulheres, de um Jesus menos distante, que tem palavras mais compreensíveis para nossa realidade, são apenas exemplos dessa enorme mudança que vem se operando gradativamente (Op. Cit., p. 14).

Desse modo, o discurso acerca de deus foi submetido a crítica do pensamento contemporâneo, especialmente na América Latina, em um processo de valorização da história, da cultura e da diversidade de manifestações do contato com o divino. E a face do Deus católico foi-se tornando menos patriarcal, nas Comunidades Eclesiais de Base.

Considerações Finais

Vocacionada à responder a ação pastoral da Igreja Católica, anunciada no Concílio Vaticano II, a Igreja na América Latina apresentou um novo modo de ser no mundo, tendo as Comunidades Eclesiais de Base como epítome da utopia do “Reino de Deus”. A partir daí anuncia a “opção preferencial pelos pobres”, como destinatários de ação salvífica cristã. E é na experiência e na experimentação do anseio por de libertação que fez nascer nas CEBs, novas categorias de opressão, como a que se desdobram pela economia da organização de poder e de significado da participação feminina nos espaços decisórios.

Nossa opção metodológica permitiu auferir que nas CEBs do agreste pernambucano, balizadas por meio de formações progressivas e plurais, desenvolvidas no âmbito da Fundação Santuário das Comunidades, as mulheres vão se constituindo num contingente ativo de um projeto socio-elesiológico de empoderamento e participação, imbuído pela categoria de Libertação. Essa categoria, vai conduzir a hermenêutica bíblica, social e pastoral configurando-se em um saber teológico-pastoral original, mediando as leituras de Fé e Vida, vivenciadas como ação-reflexão nos cursos de formação de lideranças, no cancionário de animação dos encontros e das celebrações litúrgicas, além das celebrações das novenas marianas e natalinas.

Assim, foi possível constatar, que os princípios filosófico-políticos-pedagógicos delineados pelas CEBs do agreste pernambucano, potencializam a afirmação das mulheres e dos homens participantes para uma nova compreensão sobre o papel da mulher na história, gestando uma nova *práxis* social. Permite, portanto, à mulher entender a si mesmas como agentes ativas de (auto)libertação, ampliando a fissura do patriarcado na Igreja e na sociedade. De modo a possibilitar a liderança no trabalho comunitário, na promoção da cidadania ativa e na mística de se fazer comunidade.

Portanto, ainda que as CEBs, como tal, não pretendam instaurar(se) um movimento feminista, ao suscitar a libertação das desigualdades e promover mecanismos teóricos-reflexivos de reivindicação de direitos, do rompimento da submissão, subalternização e da “docilidade” tradicionalmente femininas, anseiam e ensaiam uma prática mais igualitária na própria Igreja. Ao mesmo tempo, ratificam um projeto político em que tanto mulheres quanto homens encontrem espaço de atuação e de desenvolvimento de suas criatividade, na cooperação, na valorização e no respeito mútuo das diferenças.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. P. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010. 116f. (dissertação de mestrado). Recife: UFPE, 2010.

ANDRADE, J. N. **O despertar de si**: as relações de gênero na convivência com as Irmãs Cordimarianas no município Riacho das Almas- PE, entre os anos de 1982 e 1997. (Projeto de Iniciação Científica) Caruaru: ASCES-Unita, 2019.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS PARA A REGIÃO PAN-AMAZÔNICA. **Documento Final do Sínodo para a Amazônia**. Disponível em: <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html>. Acessado em 14 de abril de 2020.

BALLOUSSIER, A. V. **Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha**. Folha de São Paulo, SP, 13.jan.2020. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOFF, L. **Eclesiogênese**: A reinvenção da Igreja. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

CELAM. **Conclusões da Conferência Episcopal Latino-Americano de Medellín**. São Paulo: Paulinas, 1968.

CELAM. **Conclusões da III Conferência Geral do episcopado Latino-americano de Puebla.** São Paulo: Paulinas 1979.

CELAM. **Conclusões da V Conferência Geral do episcopado Latino-americano e do Caribe de Aparecida.** São Paulo: Paulinas, 2007.

CONBLIN, J. **O Povo de Deus.** São Paulo: Paulus, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidade de Comunidades: uma nova Paróquia. A conversão pastoral da paróquia.** Documentos da CNBB 100. São Paulo: Paulinas, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970.** Brasília Ed. CNBB, 2004.

CUNHA, E. L. A face feminina de Deus. **Hermenêutica.** Cachoeira, BA, v. 1, n 5, p. 33-57, 2005.

FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base.** 1981. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7109124-Frei-betto-o-que-e-comunidade-eclesial-de-base.html>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.** São Paulo: Cortez, 1989.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. **Celebração do Mês de Maio.** Caruaru, s/d.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. **Maria na organização do povo.** Caruaru, s/d.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. **Natal: Mulheres de ontem e de hoje gerando vida e libertação.** 31º Natal das Comunidades. Caruaru, 2011.

GEBARA, I. **Teologia em ritmo de mulher.** São Paulo: Paulinas, 1994.

GEBARA, I. **Uma clara opção pelos direitos das mulheres.** disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511796-uma-clara-opcao-pelos-direitos-das-mulheres-entrevista-com-ivone-gebara>. Acesso em: 05 de set. de 2019.

GUEDES NETO, A. Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada: a atuação política e pastoral do padre Pedro Aguiar na cidade de Tacaimbó-PE entre os anos 1970 e 1980. (anais) **X Encontro Nacional de História Oral: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 26 a 30 de abril de 2010.**

GUEDES NETO, A. Religião, ópio do povo? Cristianismo da Libertação e práticas de contrateatro. **Campo da História.** Caruaru-PE, v. 1, n. 1, 2017.

GUERRA, M. A.; AGUIAR, P.; BOUDENS, H.; FERNANDO, A. **Cartilha das Comunidades.** Caruaru: Fundação Santuário das Comunidades, 1992.

LIBANIO, J. B. **Cenários da Igreja.** São Paulo: Loyola, 1999.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NASCIMENTO, J. A. **Entre Rezas e Resistências: a mística política das Comunidades Eclesiais de Base no agreste de Pernambuco.** 2006. 42f. (Monografia). Recife: Unicap, 2006.

NASCIMENTO, J. A. **PCI: 50 Anos Tecendo a História a Serviço da Vida.** Recife: Conferência dos Religiosos do Brasil, 2014.

NUNES, M. J. F. R. De mulheres, sexo e Igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, A.; AMADO, T. (Org.). **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: Ed. 34, 1994. p. 175-204.

OLIVEIRA, P. R. **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-eclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

RIBEIRO, L. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, RS, ano 5, n. 5, p. 225-242, out. 2003.

RIBEIRO, L. O IX Encontro Intereclesial no olhar da mulher. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes. Fasc. 228, p. 857-865, dez/1997.

SMALL J. **Female bishops in church of england is a good step... but it's just a step**. Disponível em: <https://religiondispatches.org/female-bishops-in-church-of-england-is-a-good-step-but-its-just-a-step>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

VICENTE, Z. Pão em todas as mesas. In: ZÉ VICENTE. **Festa dos Pequenos**. São Paulo: Paulinas Comep, 1989.